3W DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A.

CNPJ (MF) 03.788.468/0001-80
("Sociedade Emissora")

Código de Negociação na FinCo: "TWBR6"
Plataforma do Segmento MED:6

MINUTA DO CONTRATO DE INVESTIMENTO COLETIVO
NA MODALIDADE DE MÚTUO ONEROSO CONVERSÍVEL

Pelo presente instrumento particular firmado entre:

(a) **FINCO INVEST SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E HOSPEDAGEM NA INTERNET LTDA.**, sociedade empresária limitada, fundada em 09/06/2017 e devidamente registrada na JUCEPAR sob NIRE 41.208.592.800, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.605.498/0001-06, com sede na Rua XV de Novembro, 1155, 18o Andar, bairro Centro, CEP 80.020-310, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social ("FinCo");

(b) **3W DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, fundada em 19/04/2000, com sede na Avenida Itapocoróy, 1494, Bairro Armação, CEP 88.385-000, Cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.788.468/0001-80, listada na Plataforma FinCo sob Código de Negociação TWBR6 na plataforma MED6 destinada ao segmento de empresas do segmento de saúde e bem estar, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social ("Sociedade Emissora");

(c) **FINCO INVEST SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E HOSPEDAGEM NA INTERNET LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Rua XV de Novembro, 1155, 18o Andar, bairro Centro, CEP CEP 80.020-310, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.605.498/0001-06, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social ("Representante"); e

(d) **o universo de Investidores Elegíveis aderentes ao presente Contrato por meio da assinatura de Termos de Adesão**, no formato do ANEXO I ou de Termos de Cessão, no formato do ANEXO VII ao presente Contrato e cuja coletividade de adesões compõe o formato do ANEXO II ao presente Contrato ("Investidores").

Todos doravante denominados em conjunto como "Partes" e, individual e indistintamente, "Parte";

E, ainda, como intervenientes-anuentes: **JORGE ANTÔNIO MARQUES**, brasileiro, empresário, casado, portador da Carteira Nacional de Habilitação CNH nº 02189244898, emitida pelo Detran/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 438.875.541/0001-91, residente e domiciliado à Rua 6, casa 46, bairro Praia Grande, no Município de Penha, Estado de Santa Catarina; e **KATHRYN LYNN MARQUES**, americana naturalizada brasileira, empresária, solteira, portadora da cédula de identidade nº 6.220.035 emitida pela SSP/SC, inscrita no CPF/MF sob o nº 083.108.479-04, residente e domiciliada Rua 6, casa 46, bairro Praia Grande, no Município de Penha, Estado de Santa Catarina; atuais sócios da Sociedade Emissora, doravante denominados, quando em conjunto, ("Intervenientes-Anuentes").

CONSIDERANDO QUE:

(A) A FinCo é pessoa jurídica regularmente constituída no Brasil, cuja atuação é guiada pela legislação vigente e por seu Regulamento, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com autorização dada pela Superintendência Geral e pela Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários da CVM para exercer profissionalmente a atividade de distribuição de ofertas públicas de valores mobiliários com dispensa de registro através do Ato Declaratório No 16.497 publicado no D.O.U em 25/07/2018, Seção 1, página 17, possuindo portanto licença de uso regular e válida de uma plataforma digital que promove e viabiliza investimentos em *crowdfunding de investimento* (“Plataforma FinCo” ou simplesmente “Plataforma”), nos termos da Instrução CVM nº 588 de 13 de julho de 2017 (“ICVM 588/17”) e com endereço eletrônico disponível em <http://www.fincomarkets.com>;

(B) Finco e Sociedade Emissora celebraram, em **13 de Abril de 2020**, Contrato de Colocação de Oferta Pública com Dispensa de Registro por Sociedade Empresária de Pequeno Porte (“Contrato de Colocação de Oferta Pública”), nos termos do qual ficou acordado a Sociedade Emissora captar recursos por meio da Plataforma Finco, mediante emissão, pela Sociedade Emissora, de Títulos de Dívida Conversível em ações objeto de distribuição por meio de oferta pública com dispensa de registro, nos termos da Instrução da ICVM nº 588/17;

(C) Finco e Sociedade Emissora celebrarão ainda, adicionalmente, na conclusão da Oferta, Contrato de Prestação de Serviços e Outras Avenças (“Contrato de Prestação de Serviços”), nos termos do qual ficou acordado que a FINCO disponibilizaria à Sociedade Emissora acesso à Plataforma, bem como às funcionalidades de registro de passivos financeiros e societários e relação com investidores (“Serviços de Registro e RI”) disponibilizadas por meio de software integrado à Plataforma, de modo que referências à Plataforma Finco neste Contrato englobam as funcionalidades de registro e relação com investidores ora tratadas;

(D) A Sociedade Emissora enquadra-se no conceito de sociedade empresária de pequeno porte, previsto no artigo 2º, III, da ICVM 588, e a Oferta atende aos requisitos do artigo 3º da ICVM 588, para a dispensa de registro perante o órgão;

(E) As Partes desejam regular os termos e condições que regerão o presente Contrato de Investimento Coletivo na Modalidade de Mútuo Oneroso Conversível, doravante denominado (“Contrato de Investimento”) ou ainda, simplesmente, (“Contrato”), bem como as questões referentes às responsabilidades dos Sócios e da Sociedade em decorrência da Oferta;

RESOLVEM as Partes celebrar o seguinte Contrato de Investimento, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CAPÍTULO I INTERPRETAÇÃO

1.1. Interpretação. As Partes concordam que: (i) os cabeçalhos e títulos das cláusulas deste Contrato servem apenas para conveniência de referência e não limitarão ou afetarão o significado das cláusulas, parágrafos ou itens aos quais se aplicam; (ii) sempre que exigido pelo contexto, as definições contidas neste Contrato serão aplicadas tanto no singular quanto no plural, e o gênero masculino incluirá o feminino e vice-versa; (iii) referências a quaisquer documentos ou outros instrumentos incluem todas as suas alterações, aditamentos, substituições e consolidações e respectivas complementações existentes na data de assinatura deste Contrato, salvo se expressamente disposto de forma diversa neste Contrato;

(iv) salvo se de outra forma expressamente estabelecido neste Contrato, referências a capítulos, cláusulas, itens ou anexos aplicam-se a capítulos, cláusulas, itens e anexos deste Contrato; (v) salvo se de outra forma expressamente estabelecido neste Contrato, todas as referências a quaisquer Partes incluem seus sucessores, representantes e cessionários autorizados nos termos deste Contrato, a qualquer título; (vi) os termos "inclusive", "incluindo" e outros termos semelhantes, quando empregados no presente Contrato, serão sempre interpretados como sendo acompanhados do termo "exemplificativamente"; e (vii) os "Considerandos" deste Contrato são considerados parte integrante do presente Contrato.

CAPÍTULO II OBJETO

2.1. Objeto Contratual. O presente Contrato tem como objeto estabelecer os termos e condições nos quais os Investidores realizarão o investimento na Sociedade Emissora no âmbito da Oferta.

CAPÍTULO III INVESTIDORES ELEGÍVEIS

3.1. Participação. São elegíveis para participar da Oferta e adquirir os Títulos de Dívida Conversível as pessoas físicas ou jurídicas que desejarem participar da Oferta e tenham aderido ao presente Contrato nos termos aqui previstos, bem como fornecido à Finco todos os demais documentos necessários para fins da participação na Oferta, incluindo, mas não se limitando ao Termo de Ciência de Riscos e ao Regulamento de Ofertas Públicas da FinCo ("Investidores Elegíveis").

3.2. Compreensão das Informações da Oferta. Mediante a celebração do Termo de Adesão, o Investidor declara, para os devidos fins, que, ao investir por meio da plataforma eletrônica, operada pela Finco, disponível em "<http://www.fincomarkets.com.br>", e especificamente na rodada de investimentos da Sociedade Emissora, obteve acesso e compreendeu todas as informações e regulamentos a ele disponibilizados relativos à Oferta definidos pela CVM, incluindo mas não se limitando às Informações Essenciais da Oferta, disponíveis para download na URL: "<https://www.fincomarkets.com.br/twbr6-company-profile>"

3.3. Assinatura das Declarações Obrigatórias. Mediante a celebração do Termo de Adesão, o Investidor declara, para os devidos fins, que, utilizando o formulário eletrônico disponível na plataforma, se pessoa física em: "<https://www.fincomarkets.com.br/conta-de-investimento-pessoa-fisica>", ou se pessoa jurídica "<https://www.fincomarkets.com.br/conta-de-investimento-pessoa-juridica>", ele:

(i) Preencheu corretamente seus dados pessoais e de sua conta corrente de origem na Ficha de Cadastro do Investidor Pessoa Física para a abertura de sua Conta de Investimento na FinCo;

(ii) Tomou ciência, leu e compreendeu o Termo de Ciência de Risco, disponível em "<https://www.fincomarkets.com.br/termo-de-ciencia-de-risco>", firmando a sua assinatura eletrônica no document através de app;

(iii) Tomou ciência, leu e compreende a Declaração do Anexo 4-A, 4-B ou 4-C da ICVM 588, relativa ao seu perfil de investidor, firmando a sua assinatura eletrônica no documento, atestando que pode participar da presente Oferta; e por fim

(iv) Atestou não ser Pessoa Politicamente Exposta, firmando a sua assinatura eletrônica no documento de Declaração PPE, disponível na plataforma.

CAPÍTULO IV REPRESENTANTE LEGAL DOS INVESTIDORES

4.1. Mandato. Cada Investidor nomeia e constitui, por meio da assinatura da respectiva procuração (“Procuração”), no formato do **ANEXO III** a este Contrato, de forma irrevogável e irretroatável, nos termos do artigo 684 do Código Civil Brasileiro, a Representante, assim qualificada no preâmbulo deste contrato como sua mandatária (“Representante Legal dos Investidores”), outorgando-lhe todos os poderes para:

- (i) realizar, em nome do Investidor, quando houver a conclusão com êxito da Oferta, a transferência dos recursos aportados pelo Investidor na Conta do arranjo de pagamento (conforme definida no Termo de Adesão) para a conta designada pela Sociedade Emissora, para fins da aquisição dos Títulos de Dívida, de acordo com o valor investido pelo Investidor e o previsto no Termo de Adesão;
- (ii) representar o Investidor perante a Sociedade Emissora e quaisquer de seus sócios, acionistas, administradores e quaisquer outros terceiros, para fins de assinatura do Livro de Transferência de Ações Nominativas, da Lista de Subscrição ou dos Boletins de Subscrição da Sociedade Emissora aplicáveis em decorrência da (a) Conversão em Ações, nas Hipóteses de Conversão Automática, nos termos do CAPÍTULO XXI abaixo, (b) Conversão em Ações, nas Hipóteses de Conversão Facultativa, desde que expressamente autorizada pelo Investidor, nos termos do CAPÍTULO XVI abaixo, e (c) eventual alienação pelo Investidor de suas Ações que tenha sido formalizada por meio da assinatura eletrônica do respectivo Termo de Cessão;
- (iii) representar o Investidor na celebração de (a) aditamentos ao presente Contrato que sejam necessários para refletir a conversão do tipo societário da Sociedade Emissora em sociedade por ações ou a Reestruturação Societária Permitida de que trata o CAPÍTULO XXI deste Contrato, para o que a Representante fica desde já expressamente autorizada; e (b) eventuais outros aditamentos, desde que previamente instruída para tanto pelo Investidor; e
- (iv) representar o Investidor com relação à (a) Reestruturação Societária Permitida de que trata o CAPÍTULO XXI deste Contrato, para o que a Representante fica desde já expressamente autorizada, incluindo, mas não se limitando, para fins da constituição de quaisquer veículos no âmbito da referida Reestruturação Societária Permitida, da contribuição dos Títulos de Dívida ou das Ações detidos pelo Investidor em tais veículos, da subscrição de novos valores mobiliários decorrentes de tal contribuição, ou de quaisquer atos necessários à implementação da Reestruturação Societária Permitida; e (b) eventuais outras reestruturações societárias envolvendo a Sociedade Emissora, desde que previamente instruída para tanto pelo Investidor.

4.1.1. A Representante, ao praticar qualquer dos atos listados na Cláusula 4.1 acima, atua unicamente como representante e mandatária dos Investidores, sendo certo que os direitos decorrentes deste Contrato são de titularidade dos Investidores.

4.2. Limitação de Responsabilidade.

MINUTA DO CONTRATO DE INVESTIMENTO COLETIVO NA MODALIDADE DE MÚTUO ONEROSO CONVERSÍVEL	Data: 19/04/2020	4/31
---	------------------	------

4.2.1. A Representante não será responsabilizada em relação a qualquer ação ou omissão que realizar de boa-fé em conformidade com instruções dos Investidores.

4.2.2. A Representante poderá basear-se em, e não será responsabilizada por basear-se em qualquer notificação, solicitação, termo, permissão, declaração, instrumento ou qualquer outro documento escrito (incluindo mensagens eletrônicas) que a Representante acredite ser verdadeiro e esteja devidamente assinado, ou de outra forma autenticado pelo Investidor.

4.2.3. Não obstante os poderes outorgados pelos Investidores à Representante nos termos da Cláusula 4.1. acima, a Representante não estará obrigada a agir, exceto se expressamente acordado com os Investidores e sujeito aos termos e condições aplicáveis, inclusive ao pagamento de qualquer remuneração que seja eventualmente devida à Representante para fins da representação dos Investidores, conforme o caso.

4.3 Revogação ao Mandato. A Representante se reserva o direito de, a qualquer momento, a seu exclusivo critério, e sem qualquer penalidade, renunciar ao mandato ora outorgado, mediante notificação prévia às Partes com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. As Partes concordam expressa, irrevogável e irretratavelmente que a Representante não tem qualquer obrigação de manter-se como mandatária além do tempo que julgar estritamente necessário, não podendo as Partes pleitearem qualquer indenização ou compensação em função de eventual renúncia da Representante.

CAPÍTULO V CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1 Sociedade Emissora. A Sociedade Emissora é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto social a finalidade de exploração no ramo de prestação de serviços de assessoria em assuntos relacionados ao Comércio Exterior, Importação, Exportação e Comércio Atacadista de mercadorias em geral tais como: produtos de origem animal e vegetal; produtos alimentícios e bebidas; produtos para saúde; produtos e equipamentos médico-hospitalar; produtos para construção civil; produtos automobilísticos; máquinas e equipamentos para construção naval; produtos têxteis; produtos eletroeletrônicos; produtos de informática e de mídia; produtos de utilidades domésticas; bazar; produtos alimentícios para animais; pneus; produtos de ótica; artigos esportivos; embalagens plásticas e descartáveis, produtos relativos a área de saneantes domissanitários; produtos farmacêuticos, perfumes, cosméticos e produtos de higiene pessoal e bucal.

5.2. Oferta Pública com Dispensa de Registro. A Sociedade Emissora realizará oferta pública de distribuição dos Títulos de Dívida Conversíveis, conforme as características definidas no CAPÍTULO VIII, com dispensa automática de registro na CVM, por meio da Plataforma Finco, nos termos da ICVM 588/2017 ("Oferta Pública" ou simplesmente "Oferta").

5.3. Montante Máximo de Captação. A Sociedade Emissora tem interesse em captar até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) ("Montante Máximo de Captação").

5.4. Montante Mínimo de Captação. Caso haja distribuição parcial conforme Cláusula 5.8, o valor mínimo da captação deverá ser igual ou superior a 2/3 (dois terços) do Montante Máximo de Captação ("Montante Mínimo de Captação") em consonância com o Inciso III do Artigo 5º da ICVM 588/17. Para fins de verificação do atingimento do Montante Mínimo de Captação, apenas serão contabilizados os

investimentos decorrentes dos Termos de Adesão concretizados, isto é, integralizados nos termos da instrução do próprio Termo de Adesão.

5.5. Período de Subscrição da Oferta. O prazo para captação de investimentos e subscrição dos títulos será de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de início da Oferta, correspondente à data de assinatura deste contrato ("Período de Subscrição da Oferta" ou ainda "Prazo de Subscrição") em obediência ao Inciso I do Artigo 3º da ICVM 588/17.

5.6. Data de Encerramento da Oferta. A Oferta encerrar-se-á quando de sua conclusão com êxito ou de seu cancelamento por falta de êxito ("Data de Encerramento da Oferta").

5.7. Conclusão da Oferta. A conclusão com êxito da Oferta dar-se-á sempre que (i) atingido o Montante Máximo de Captação, ou (ii) efetivada a Distribuição Parcial da Oferta nos termos da Cláusula 5.8. abaixo ("Conclusão da Oferta").

5.8. Distribuição Parcial. A qualquer momento poderá a Sociedade Emissora decidir pela Distribuição Parcial da Oferta, desde que atingido o Montante Mínimo de Captação, nos termos da Cláusula 5.4. acima. Nesse caso, deverá a Sociedade Emissora comunicar prontamente à Finco de sua decisão de proceder com a Distribuição Parcial, o qual prosseguirá então com a Conclusão da Oferta por meio da Plataforma ("Distribuição Parcial").

5.9. Termo de Conclusão. Uma vez concluída a Oferta, Finco, Representante e Sociedade Emissora celebrarão o Termo de Conclusão da Oferta, com modelo em apenso na forma do **ANEXO IV** ao presente Contrato, do qual constará a relação completa dos Investidores que tenham aderido ao presente Contrato até tal momento, com os respectivos percentuais relativos à participação de cada Investidor no presente Contrato ("Termo de Conclusão").

5.10. Cancelamento da Oferta. Já o cancelamento da Oferta dar-se-á sempre que (i) encerrado o Prazo sem que se tenha atingido o Montante Mínimo de Captação, (ii) a Sociedade Emissora desista da Oferta, (iii) a Finco assim o decida em razão do descumprimento das obrigações previstas neste Contrato, em seu Regulamento, seus Termos de Uso ou em quaisquer outros contratos firmados entre as Partes ou, ainda, em razão da infração de quaisquer normas constantes da legislação vigente, incluindo, sem limitação, a ICVM 588; ou (iv) for assim decretado pela CVM, nos termos do Artigo 6º da ICVM 588/17 ("Cancelamento da Oferta").

5.11. Termo de Cancelamento. Uma vez cancelada a Oferta, a Finco, a Representante e a Sociedade Emissora celebrarão um termo de cancelamento da Oferta, substancialmente na forma do **ANEXO V** ao presente Contrato, do qual constará a previsão de estorno integral dos valores depositados pelos Investidores no âmbito de sua adesão ("Termo de Cancelamento").

5.12. Avaliação Pré-Investimento. A Oferta objeto deste Contrato tem por premissa uma avaliação pré-investimento a mercado da Sociedade Emissora (*pre-money valuation*), apurada na data de assinatura deste Contrato, definida em **R\$ 29.411.764,70** (vinte e nove milhões e quatrocentos e onze mil e setecentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos), com a qual as Partes anuem expressa, irrevogável e irretroatamente ("Avaliação Pré-Investimento").

5.13. Participações Societárias Virtuais. Tal Avaliação Pré-Investimento conferirá embasamento a futuras negociações entre as Partes, inclusive para fins de estabelecimento das participações

virtualmente detidas no capital social da Sociedade Emissora pelos Investidores ("Participação Societária Virtual"), na proporção definida pela Cláusula 16.13, as quais definirão o exercício do direito de preferência previsto no CAPÍTULO XX abaixo, bem como a conversão dos Títulos de Dívida em ações da Sociedade Emissora ("Conversão em Ações"), nos termos do CAPÍTULO XVI abaixo.

CAPÍTULO VI DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

6.1. Destinação e Utilização dos Recursos. Os recursos captados nesta emissão deverão ser preferencialmente direcionados para destinação de recursos prevista na letra "f" da Seção 2 (Informações sobre o Plano de Negócios) das Informações Essenciais da Oferta, disponível tanto na página de relações com investidores da Sociedade Emissora (<https://www.fincomarkets.com.br/twbr6-company-profile>) quanto no documento digital das Informações Essenciais da Oferta, disponível para download em arquivo PDF no Pacote de Documentos Jurídicos da Oferta.

6.2. Vedações de Uso. Em obediência ao Inciso V do Artigo 3º da ICVM 588/17, os recursos captados no âmbito desta Oferta de maneira nenhuma poderão ser utilizados pela Sociedade Emissora para:

- a) fusão, incorporação, incorporação de ações e aquisição de participação em outras sociedades;
- b) aquisição de títulos, conversíveis ou não, e valores mobiliários de emissão de outras sociedades; ou
- c) concessão de crédito a outras sociedades.

CAPÍTULO VII GARANTIAS

7.1. Garantias Reais Imobiliárias e Fidejussórias. Os Títulos de Dívida não contam com qualquer garantia real imobiliária ou fidejussória (aval dos sócios).

7.2. Garantia Pignoratícia. Os Títulos de Dívida contam com a obrigação da conversibilidade automática em caso de inadimplência (*default* do título) de qualquer um dos pagamentos pecuniários previstos contratualmente não resolvida no prazo de 100 (cem) dias, em conformidade com a hipótese de Vencimento Antecipado do Título de Dívida conforme item "i" da Cláusula 14.1 e da Conversão Automática previstas no CAPÍTULO XXI, o que reveste o título como uma espécie de garantia pignoratícia (penhor das cotas ou ações representativas do capital social da Sociedade Emissora) ("Garantia Pignoratícia").

CAPÍTULO VIII CARACTERÍSTICAS DOS TÍTULOS DE DÍVIDA

8.1. Valor Nominal Unitário. Os Títulos de Dívida Conversível ("Títulos de Dívida" ou simplesmente "Títulos") serão emitidos com o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão, conforme definido abaixo na Cláusula 8.4.

8.2. Quantidade de Títulos de Dívida Emitidos. A Sociedade Emissora tem interesse em emitir até 3.000 (três mil) Títulos de Dívida, sendo que, observado esse limite, os Investidores, mediante a adesão à Oferta e ao presente Contrato, adquirirão e integralizarão a quantidade de Títulos de Dívida por eles indicada no respectivo Termo de Adesão, sem prejuízo da Redução Proporcional da Emissão prevista na Cláusula 8.3 abaixo.

8.3. Redução Proporcional da Emissão. Caso o Montante Máximo de Captação não seja atingido, mas seja atingido o Montante Mínimo de Captação, a quantidade de Títulos de Dívida a ser adquirida e integralizada será reduzida de forma proporcional ("Redução Proporcional da Emissão").

8.4. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão dos Títulos de Dívida ("Data de Emissão"), corresponderá à Data de Encerramento da Oferta, nos termos da Cláusula 5.6 acima.

8.5. Prazo e Data do Vencimento. Para todos os fins e efeitos legais, o prazo de vencimento é de 36 (trinta e seis) meses ("Prazo de Vencimento") e a data de vencimento dos Títulos de Dívida corresponderá ao 1.095º (Milésimo Nonagésimo quinto) dia a partir da Data de Emissão ("Data de Vencimento"), ressalvas as hipóteses de vencimento antecipado previstas neste Contrato.

8.6. Resgate no Vencimento. Na Data do Vencimento dos Títulos de Dívida, a Sociedade Emissora obriga-se a proceder ao pagamento integral dos Títulos de Dívida pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos eventuais encargos moratórios e demais valores devidos pela Sociedade Emissora nos termos deste Contrato, conforme aplicável, salvo se o Investidor desejar exercer o seu direito de converter os Títulos de Dívida em Ações, nos termos do CAPÍTULO XVI do presente Contrato.

8.6. Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário dos Títulos de Dívida não será atualizado ou corrigido monetariamente. A expectativa inflacionária do período transcorrido da Data de Emissão até a Data de Vencimento já está embutida e precificada na Taxa de Juros Remuneratórios previstos na Cláusula 12.1.

CAPÍTULO IX SUBSCRIÇÃO DOS TÍTULOS

9.1. Subscrição e Adesão ao Contrato. A subscrição dos Títulos da presente Oferta e adesão ao presente Contrato se dará mediante assinatura do Termo de Subscrição e Adesão ao Contrato de Investimento Coletivo ("Termo de Adesão") pelo Investidor durante o Período de Subscrição da Oferta, determinado na Cláusula 5.5., em conformidade com o modelo constante do **ANEXO I** do presente Contrato.

9.2. Compromisso. Por meio da assinatura do Termo de Adesão, o Investidor deverá declarar ter ciência das disposições do presente Contrato e se comprometer a cumprir quaisquer de seus encargos e obrigações, dando atendimento à confirmação de investimento, onde o investidor se compromete ainda, firmemente, a participar da Oferta, em conformidade com o Inciso II do parágrafo 2º do Artigo 3º da ICVM 588/17 ("Confirmação de Investimento").

9.3. Anexo. O conjunto de Termos de Adesão ao contrato assinados eletronicamente pelo universo de Investidores aderentes a Oferta são parte integrante deste instrumento na forma do seu **ANEXO II**.

9.4. Assinatura eletrônica via Plataforma. A assinatura do Termo de Adesão se dará em meios exclusivamente eletrônicos, através da Plataforma Finco e seu aplicativo de assinaturas ("Assinatura").

CAPÍTULO X INTEGRALIZAÇÃO DOS TÍTULOS

10.1. Prazo de Integralização da Subscrição. Tão logo a Oferta atingir em valores subscritos, o volume de 2/3 (dois terços) do valor total da emissão, assegurando o êxito da Oferta mesmo que em distribuição parcial facultada pela Cláusula 5.8., ou seja, a oferta não tem mais como ser cancelada por falta de êxito por ter atingido o Volume Mínimo de Captação, o investidor será informado por e-mail pela plataforma (“Comunicado na comunicação eletrônica enviada pela plataforma danco ciência de que o valor do Alvo-Mínimo de Captação foi atingido (“Comunicado do Requerimento da Integralização”) e de que abre-se, a partir do seu recebimento deste, o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para a devida integralização dos valores subscritos no Termo de Adesão (“Prazo de Integralização da Subscrição”)).

10.2. Exigibilidade do Aporte de Recursos. Tão logo receba o Comunicado do Requerimento de Integralização é dever do investidor realizar tal aporte de recursos até a data-limite fixada (“Data de Integralização da Subscrição”). Para tanto, o Investidor deve realizar o depósito do valor do Investimento à vista, em moeda corrente nacional, na Conta Bancária Válida para Transferência, expressamente indicada no Termo de Adesão ou no Comunicado por meio de (a) depósito à vista identificado, (b) transferência entre contas; (c) documento de ordem de crédito – DOC, ou (d) transferência eletrônica disponível – TED, à escolha do Investidor que, desde já, reconhece a exigibilidade deste, independente da necessidade de quaisquer interpeleções judiciais ou extrajudiciais (“Exigibilidade do Aporte de Recursos”).

10.3. Independência do Arranjo de Pagamento. Em cumprimento ao § 1º do Inciso V do Artigo 5º e à alínea “g” do Inciso II do Artigo 13º da ICVM 588/17, a FinCo assegura que os investimentos realizados por meio da plataforma eletrônica sejam efetuados de forma segregada de modo que não se comuniquem com o patrimônio da (a) Plataforma, (b) seus sócios, administradores e pessoas ligadas, (c) de empresas controladas pela plataforma ou por seus sócios, administradores e pessoas ligadas, (d) do investidor líder, (e) dos sócios, administradores e pessoas vinculadas, se este for pessoa jurídica, (f) de empresas controladas pelo investidor líder ou por seus sócios, administradores e pessoas vinculadas, se for pessoa jurídica, e ainda (g) da sociedade empresária de pequeno porte até o encerramento da oferta que alcance o valor alvo mínimo de captação.

10.4. Indicação do Arranjo de Pagamento. Para tanto, a FinCo contratou para a este fim no caso específico desta sociedade emissora e designada para a movimentação dos recursos oriundos desta Oferta, o arranjo de pagamento independente sob a égide das Cartas-Circulares 3.885 e 3.886 de 26 de março de 2018 do Banco Central do Brasil (“Bacen”), operado pela empresa **RAZÃO SOCIAL DO MEIO DE PAGAMENTO**, sociedade empresária limitada, fundada em **00/00/0000**, com sede na Rua **[Endereço]**, Bairro **[bairro]**, CEP **00.000-000**, Cidade de **[Cidade]**, Estado **[UF]**, inscrita no CNPJ/MF sob nº **00.000.000/0001-00** (“Arranjo de Pagamento”);

10.5. Conta Válida para Depósito. A conta bancária válida para a transferência dos recursos para a integralização no âmbito da Oferta pública com dispensa de registro é a mantida junto à instituição financeira autorizada pelo Bacen, de titularidade do Arranjo de Pagamento, junto ao Banco **RAZÃO SOCIAL DO BANCO**, Agência **[Número da Agência]**, Conta Corrente No **[Número da Conta]** (“Conta Bancária Válida para Transferência”).

10.6. Substituição do Arranjo de Pagamento. No caso do Arranjo do Pagamento, até a data final do Prazo de Integralização da Subscrição, ainda não houver sido contratado pela FinCo ou houver sido

substituído (“Substituição do Arranjo de Pagamento”), a qualificação do Arranjo de Pagamento e a Conta Bancária Válida para Transferência serão àquelas expressamente indicadas na comunicação eletrônica enviada pela plataforma danco ciência de que o valor do Alvo-Mínimo de Captação foi atingido e abrindo a contagem do Prazo de Integralização da Subscrição (“Comunicado do Requerimento da Integralização”).

10.7. Transferência Posterior dos Recursos Aportados no Êxito da Oferta. O Investidor expressamente concorda e autoriza que, quando do Encerramento da Oferta, o valor do Investimento por ele aportado na Conta bancária Válida para Transferência sera:

(i) se encerrada a Oferta com êxito, automaticamente, independentemente de qualquer comunicação ou autorização adicional do Investidor, transferido para a conta bancária designada pela Sociedade Emissora para fins de aquisição dos Títulos de Dívida, em até 5 (cinco) dias úteis contados do Encerramento da Oferta; ou

(ii) se encerrada a Oferta sem que tenha logrado êxito ou na hipótese de cancelamento da Oferta, seja restituído pelo Arranjo de Pagamento na mesma conta bancária de origem do Investidor em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento do Comunicado do Requerimento da Integralização.

10.8. Concretização da Adesão. A adesão à Oferta e ao presente Contrato somente restará concretizada após transcorrido o Prazo Legal de Desistência, garantido para fins de Cancelamento da Adesão, nos termos do CAPÍTULO XI abaixo, iniciado após a sua devida integralização (“Concretização da Adesão”).

10.9. Nota de Negociação. A integralização dos Títulos de Dívida serão representados por meio de uma nota de negociação, a ser emitida pela Finco quando da transferência de recursos por parte do investidor (“Nota de Negociação”), da qual constará: (i) nome do Investidor; (ii) Razão social da Sociedade Emissora; (iii) ticker de negociação da Sociedade Emissora; (iv) valor total investido na Sociedade Emissora no âmbito da Oferta pelo Investidor e (v) quantidade de Títulos de Dívida detida pelo Investidor.

10.10. Comprovação de Titularidade. A Sociedade Emissora desde já concorda com a emissão da Nota de Negociação a cada Investidor pela Finco, e reconhece que a Nota de Negociação comprovará a titularidade de cada Título de Dívida.

10.11. Registro Digital. A Finco manterá ainda, por meio da Plataforma e pelo prazo de 5 (cinco) anos a partir da Data de Encerramento da Oferta, um registro digital do investimento realizado por cada Investidor na Sociedade Emissora nos termos deste Contrato, com o que a Sociedade Emissora e os Investidores desde já concordam (“Registro Digital”).

CAPÍTULO XI DESISTÊNCIA E CANCELAMENTO

11.1. Desistência da Adesão pelo Investidor antes da Integralização. Enquanto a oferta não tiver 2/3 (dois terços) do valor alvo da captação subscritos e, portanto, antes da Integralização, a desistência por parte do Investidor, dentro deste interregno de tempo, será isenta de qualquer multa ou penalidade, bastando a comunicação expressa da intenção de revogação do presente Termo de Adesão através do email: atendimentopf@fincomarkets.com (“Desistência da Adesão”).

11.2. Prazo Legal de Desistência. Após a transferência de recursos, nos termos do artigo 3º, inciso III, da ICVM nº 588, o Investidor terá o prazo de 7 (sete) dias para desistir do Investimento na Sociedade Emissora ("Prazo Legal de Desistência"), sendo que a desistência por parte do Investidor, dentro do referido prazo, também será isenta de qualquer multa ou penalidade.

11.3. Cancelamento da Adesão pelo Investidor depois da Integralização. Caso o Investidor exerça o seu direito de desistência dentro do referido prazo legal, o Investidor que solicitar sua desistência nos termos das 11.1 e 11.2 acima, terá a sua adesão à Oferta e ao presente Contrato cancelada ("Cancelamento da Adesão"), rescindindo-se automaticamente o Termo de Adesão e a posterior Nota de Negociação para todos os fins, acompanhado do estorno de quaisquer valores que já tenha aportado, sendo que os recursos transferidos para o meio de pagamento serão devolvidos ao investidor na mesma conta corrente de origem da transferência.

11.4. Revogação da Adesão. É permitida a revogação do investimento em caso de suspensão ou cancelamento da Oferta, seja pela FinCo baseada em seu Regulamento de Ofertas Públicas ou pela CVM com base no Artigo 6º da ICVM 588/17. Nestas ocasiões, em caso de suspensão, o Investidor será comunicado por e-mail e tem 5 (cinco) dias úteis para manifestar expressamente à plataforma se confirma o investimento ou não. Em caso negativo e quando se tratar de cancelamento da Oferta, os valores integralizados serão integralmente devolvidos pelo Arranjo de Pagamento, em até 5 (cinco) dias úteis, em conformidade com o Artigo 7º, parágrafo 2º, I e II da ICVM 588/17 e obedecendo o mesmo Prazo e Forma de Pagamento previstos nos termos da Cláusula 15.4.

11.5. Impossibilidade de Revogação. Decorrido este Prazo Legal de Desistência, e não havendo manifestação expressa do Investidor pela revogação, excetuando-se os casos previstos na Cláusula 11.4 acima e da Cláusula 11.6. abaixo, o Investimento será automaticamente confirmado de forma irrevogável e irretroatável.

11.6. Cancelamento da Adesão pela Finco. A Finco se reserva o direito de proceder com o Cancelamento da Adesão de quaisquer Investidores que tenham aderido à Oferta mediante assinatura do Termo de Adesão e que não tenham procedido com a efetivação do aporte de seu investimento até o momento do Encerramento da Oferta ou ainda, verificar inconsistências cadastrais em função de procedimentos de *compliance* da área de KYC (*Know Your Customer*) da Plataforma que exige que os profissionais de serviços financeiros se esforcem para verificar a identidade, adequação e riscos envolvidos na manutenção de um relacionamento comercial com investidores. ("Cancelamento da Adesão pela Finco").

CAPÍTULO XII JUROS REMUNERATÓRIOS

12.1. Juros Remuneratórios. Cada Título de Dívida fará jus ao pagamento de juros remuneratórios simples, não composto, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário correspondentes a taxa fixa simples de **17,40%** (dezesete inteiros e quatro décimos por cento) ("Taxa de Juros"), à base de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ("Juros Remuneratórios") em conformidade com a Resolução de Nº 3.517 do Banco central do Brasil que determina a realização de calculos utilizando-se do calendário do ano civil brasileiro.

12.2. Período de Capitalização. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma simples e cumulativa *pro rata die* pela quantidade de dias transcorridos desde a Data da Emissão até a Data de

Vencimento ou até a data de liquidação antecipada, resultante da ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado ou ainda do exercício do direito de conversibilidade dos Títulos de Dívida em ações (“Período de Capitalização”), se for o caso.

12.3. Fórmula de cálculo. O cálculo do montante de juros pagos obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times \left[\left(\text{Taxa de Juros} \times \frac{n}{365} \right) \right]$$

Onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final do Período de Capitalização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário;

Taxa de Juros = **17,40%** (dezessete inteiros e quatro décimos por cento);

n = número de dias transcorridos durante o Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro.

12.4. Amortização dos Juros Remuneratórios. O valor total dos Juros Remuneratórios calculados durante o Período de Capitalização será pago aos Investidores de forma periódica pela Sociedade Emissora, amortizados em 10 (dez) parcelas trimestrais iguais e consecutivas, iniciando-se o primeiro pagamento após o Período de Carência e sucedido por mais 9 (nove) parcelas trimestrais, sendo a última devida 90 (noventa) dias antes da Data de Vencimento (“Amortização dos Juros Remuneratórios”), conforme cronograma indicado na Cláusula 12.8.

12.5. Período de Carência. O primeiro pagamento de Parcelas de Amortização dos Juros se dará após um período de carência de 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Emissão (“Período de Carência”).

12.6. Exigibilidade dos Juros. O pagamento dos Juros Remuneratórios será exigível somente enquanto não ocorrer a Conversão em Ações, sendo que, na hipótese de Conversão em Ações, renuncia o Investidor, de forma irrevogável e irretratável, a qualquer direito de recebimento de tais Juros Remuneratórios a que teria direito em período posterior à conversão.

12.7. Parcelas de Amortização dos Juros. Cada Título de Dívida, de Valor Nominal Unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), fará jus, durante o Período de Capitalização, ao montante total a título de Juros Remuneratórios de **R\$ 522,00** (quinhentos e vinte e dois reais), os quais serão amortizados em 10 (dez) parcelas iguais e consecutivas de **R\$ 52,20** (cinquenta e dois reais e vinte centavos) cada uma (“Parcelas de Amortização dos Juros”).

12.8. Cronograma de Amortização. O pagamento das Parcelas de Amortização de Juros será efetuado obedecendo-se o seguinte cronograma de pagamento (“Datas de Pagamento da Amortização”):

- (i) Primeiro pagamento: 180 (cento e oitenta) dias após a Data de Emissão;
- (ii) Segundo pagamento: 270 (duzentos e setenta) dias após a Data de Emissão;
- (iii) Terceiro pagamento: 360 (trezentos e sessenta) dias após a Data de Emissão;
- (iv) Quarto pagamento: 450 (quatrocentos e cinquenta) dias após a Data de Emissão;
- (v) Quinto pagamento: 540 (quinhentos e quarenta) dias após a Data de Emissão;
- (vi) Sexto pagamento: 630 (seiscentos e trinta) dias após a Data de Emissão;

- (vii) Sétimo pagamento: 720 (setecentos e vinte) dias após a Data de Emissão;
- (viii) Oitavo pagamento: 810 (oitocentos e dez) dias após a Data de Emissão;
- (ix) Nono pagamento: 900 (novecentos) dias após a Data de Emissão;
- (x) Décimo pagamento: 990 (novecentos e noventa) dias após a Data de Emissão;

12.9. Prazo de Pagamento das Parcelas de Amortização. Em até 2 (dois) dias a contar das respectivas Datas de Pagamento da Amortização, a Sociedade Emissora realizará o pagamento, em dinheiro, das Parcelas de Amortização dos Juros correspondentes à quantidade de Títulos de Dívida detidos por cada Investidor, acrescidas dos Encargos Moratórios aplicáveis, nos termos da Cláusula 15.6.

CAPÍTULO XIII OPÇÕES DE RESGATE ANTECIPADO

13.1. Opção de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo pela Sociedade Emissora. A Sociedade Emissora poderá, a seu exclusivo critério e segundo a sua conveniência e disponibilidade de caixa, não estando obrigada a tanto, e a qualquer tempo depois de transcorridos 12 (doze) meses da Data de Emissão, realizar oferta de resgate antecipado total ou parcial dos Títulos de Dívida ("Oferta de Resgate Antecipado Facultativo"), com o consequente cancelamento de tais Títulos de Dívida resgatados, que será notificada por meio da Plataforma a todos os Investidores, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Investidores para aceitar o resgate antecipado dos Títulos de Dívida de que forem titulares, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Notificação de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo.

13.1.1. Notificação de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo pela Sociedade Emissora. A Sociedade Emissora deverá notificar os Investidores, por meio da Plataforma ou por outro meio legalmente idôneo e previamente acordado entre as Partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que se manifestem sobre a Oferta da Sociedade Emissora com vistas ao resgate antecipado ("Oferta de Resgate Antecipado Facultativo pela Sociedade Emissora"), findo o que poderá proceder com o resgate antecipado dos Títulos de Dívida em poder daqueles que houverem se manifestado expressamente nesse sentido.

13.1.2. Vedação. É absolutamente vedado o resgate antecipado sem anuência do credor, em conformidade com o item "e" do Artigo 18º da ICVM 588/17.

13.2. Opção de Resgate Antecipado pelo Investidor. Para fins de promoção de liquidez aos investimentos realizados no âmbito da Oferta, serão disponibilizadas aos Investidores 3 (três) oportunidades ao longo do Período de Capitalização para que possam forçar, a seu único e exclusivo critério, o resgate antecipado de seus Títulos de Dívida pela Sociedade Emissora ("Opção de Resgate Antecipado"),

13.2.1. Datas de Exercício. As oportunidades para o exercício deste direito serão disponibilizadas em três datas específicas, desde já fixadas ("Datas de Exercício"), conforme condições abaixo indicadas:

- (i) No 540º (quingentésimo quadragésimo) dia a contar da Data de Emissão, poderá o Investidor exercer sua Opção de Resgate Antecipado da totalidade ou de parte dos Títulos de Dívida por ele detidos, ocasião em que a Sociedade Emissora deverá arcar com o pagamento de montante correspondente a 92% (noventa e dois por cento) da soma dos Valores Nominais Unitários dos Títulos

de Dívida resgatados, já considerado, portanto um deságio de 8% (oito por cento) sobre a dívida resgatada;

(ii) No 720º (septingentésimo vigésimo) dia a contar da Data de Emissão, poderá o Investidor exercer sua Opção de Resgate Antecipado da totalidade ou de parte dos Títulos de Dívida por ele detidos, ocasião em que a Sociedade Emissora deverá arcar com o pagamento de montante correspondente a 93% (noventa e três por cento) da soma dos Valores Nominais Unitários dos Títulos de Dívida resgatados, já considerado, portanto um deságio de 7% (sete por cento) sobre a dívida resgatada;

(iii) No 900º (noningentésimo) dia a contar da Data de Emissão, poderá o Investidor exercer sua Opção de Resgate Antecipado da totalidade ou de parte dos Títulos de Dívida por ele detidos, ocasião em que a Sociedade Emissora deverá arcar com o pagamento de montante correspondente a 94% (noventa e quatro por cento) da soma dos Valores Nominais Unitários dos Títulos de Dívida resgatados, já considerado, portanto um deságio de 6% (seis por cento) sobre a dívida resgatada.

13.2.2. Manifestação dos Investidores. O Investidor que desejar exercer sua Opção de Resgate Antecipado deverá se manifestar expressamente neste sentido por meio da Plataforma ou por outro meio legalmente idôneo e previamente acordado entre as Partes, ("Manifestação dos Investidores") em até 30 (trinta) dias antes das respectivas Data de Exercício ("Prazo de Manifestação de Exercício").

13.2.3. Prazo de Pagamento do Resgate Antecipado. Em até 2 (dois) dias úteis contados de qualquer das Datas de Exercício, deverá a Sociedade Emissora proceder com o pagamento integral de todos os valores devidos aos Investidores que tenham optado por exercer a Opção de Resgate Antecipado, na forma da Cláusula 13.2.

CAPÍTULO XIV VENCIMENTO ANTECIPADO DOS TÍTULOS DE DÍVIDA

14.1. Hipóteses de Vencimento Antecipado. Os Títulos de Dívida serão automaticamente declarados vencidos ("Vencimento Antecipado"), de acordo com os termos deste CAPÍTULO XIV, em caso de ocorrência de qualquer dos seguintes eventos ("Eventos de Vencimento Antecipado") abaixo relacionados:

- (i) descumprimento, pela Sociedade Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista neste Contrato pelo prazo superior a 100 (cem) dias contados da data de recebimento da respectiva Notificação de descumprimento enviada pela Finco, Representante ou Investidores, exceto se a Maioria dos Investidores consentir em prorrogar o referido prazo;
- (ii) descumprimento, pela Sociedade Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista neste Contrato que (a) não esteja previsto em um dos demais Eventos de Vencimento Antecipado descritos nesta Cláusula 14.1, e (b) não seja sanado no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de recebimento da respectiva notificação de descumprimento enviada pela Finco, Representante ou Investidores, exceto se a Maioria dos Investidores consentir em prorrogar o referido prazo;
- (iii) descumprimento, pela Sociedade Emissora, das obrigações de divulgação dos Indicadores de Performance definidos no item "iv" da Cláusula 23.1 que não seja sanado no prazo de 15

- (quinze) dias contados de sua verificação, exceto se a Maioria dos Investidores consentir em prorrogar o referido prazo;
- (iv) cisão, fusão, incorporação, redução de capital social ou qualquer outra forma de reorganização societária da Sociedade Emissora, exceto (a) pela Reestruturação Societária Permitida de que trata o CAPÍTULO XXII ou (b) por uma cisão, fusão, incorporação, redução de capital social ou qualquer outra forma de reorganização societária da Sociedade Emissora autorizada pela Maioria dos Investidores;
 - (v) alteração de Controle da Sociedade Emissora que não aquela resultante de IPO conforme item “c” da Cláusula 21.1, por meio de uma única ou uma série de operações correlatas, seja em decorrência de Alienação de Controle direta ou indireta pelos Sócios Controladores, seja em decorrência de aumento de capital com subscrição que resulte na referida alteração de Controle (“Alteração de Controle”), sem a anuência prévia da Maioria dos Investidores;
 - (vi) alienação pelos Sócios Controladores, por meio de uma única ou uma série de operações correlatas, de parcela superior a 35% (trinta e cinco por cento) de sua participação detida na Sociedade Emissora, que não constitua uma Alteração de Controle, para quaisquer terceiros, sem a anuência prévia da Maioria dos Investidores;
 - (vii) alienação, por meio de uma única ou uma série de operações correlatas, da totalidade ou de quase totalidade dos negócios e ativos da Sociedade Emissora, de tal forma que venha a materialmente esvaziar o seu patrimônio;
 - (viii) em relação à Sociedade Emissora: (a) decretação de falência; (b) pedido de autofalência; (c) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (d) liquidação, dissolução ou extinção da sociedade.

14.2. Consentimento da Maioria dos Investidores. A autorização, anuência e consentimento dos Investidores para fins do disposto na Cláusula 14.1 serão considerados obtidos mediante a autorização, anuência ou consentimento, por meio da Plataforma, ou por outro meio legalmente idôneo e previamente acordado pelas Partes, dos Investidores titulares de mais de 50% (cinquenta por cento) dos Títulos de Dívida que ainda não tenham sido convertidos em Ações (“Maioria dos Investidores”), sendo que tal autorização, anuência e consentimento da Maioria dos Investidores vincularão todos os Investidores.

14.3. Penalidade de Multa Não-Compensatória. Nas hipóteses de ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado de que tratam os itens “i” a “viii” a da Cláusula 14.1 acima, a Sociedade Emissora ficará sujeita ao pagamento de multa não compensatória aos Investidores, em valor equivalente à taxa simples de 12% (doze por cento) do valor nominal dos Títulos de Dívida ao ano, a contar, *pro rata temporis*, da Data de Encerramento da Oferta até a data da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado (“Multa Não-Compensatória”).

CAPÍTULO XV

OPÇÃO DE RESGATE DOS TÍTULOS DE DÍVIDA COM PAGAMENTO EM DINHEIRO

15.1. Resgate dos Títulos. Os Títulos de Dívida Conversível subscritos e integralizados no âmbito desta Oferta serão resgatados pela Sociedade Emissora na Data de Vencimento de uma das formas previstas

neste Contrato, a livre escolha do Investidor, sendo a primeira opção com o (i) resgate com Pagamento em Dinheiro, nos termos da Cláusula 15.3. e no Prazo e Forma de Pagamento estabelecidos na Cláusula 15.4. abaixo e a segunda opção de (ii) resgate através do exercício da conversibilidade dos Títulos, com a Conversão em Ações nos termos da Cláusula 16.1 abaixo ("Resgate dos Títulos").

15.2. Cancelamento dos Títulos Resgatados. Todos os Títulos de Dívida resgatados, seja na opção em dinheiro ou pela conversão em ações, serão devidamente cancelados pela Sociedade Emissora ("Cancelamento dos Títulos de Dívida Resgatados").

15.3. Pagamento em Dinheiro. Nos casos dos Investidores que optarem pelo resgate em dinheiro dos Títulos de Dívida em decorrência do seu vencimento, a Sociedade Emissora realizará o pagamento, em dinheiro, do valor correspondente à soma dos Valores Nominais Unitários dos Títulos de Dívida resgatados, acrescido dos Encargos Moratórios nos termos da Cláusula 15.6 abaixo e da Multa Não-Compensatória, nos termos da Cláusula 14.3 acima, se aplicáveis ("Pagamento em Dinheiro").

15.4. Prazo e Forma de Pagamento. Os pagamentos em dinheiro referentes a este Contrato a que os Investidores fizerem jus serão efetuados pela Sociedade Emissora, no prazo de até 2 (dois) dias úteis a contar da data em que os pagamentos passarem a ser devidos, diretamente ao respectivo Investidor, em moeda corrente nacional, em conta corrente ou de pagamentos por ele informada em seu cadastro ou no momento do investimento, por meio de (i) depósito à vista identificado, (ii) documento de ordem de crédito – DOC, ou (iii) transferência eletrônica disponível – TED, à escolha da Sociedade Emissora, nos termos da regulamentação em vigor.

15.5. Informações atualizadas. Caberá ao Investidor manter suas informações bancárias junto a Finco, à Representante e à Sociedade Emissora devidamente atualizadas, devendo informá-los, por meio da Plataforma ou por outro meio legalmente idôneo e previamente acordado entre as Partes, caso modifique ou encerre a conta corrente ou de pagamentos original que tenha utilizado para fins do investimento, não se responsabilizando a Finco, a Representante ou a Sociedade Emissora caso o pagamento não possa ser viabilizado em decorrência do encerramento ou modificação de conta que não tenha sido previamente informado pelo Investidor, não cabendo, neste caso, o pagamento de encargos moratórios previstos na Cláusula 15.6 ao Investidor.

15.6. Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Investidores nos termos deste Contrato, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").

15.7. Prorrogação dos Prazos de Pagamento. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa a este Contrato, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local de pagamento, sem incidência de Encargos Moratórios ou acréscimo de qualquer natureza aos valores a serem pagos.

CAPÍTULO XVI**OPÇÃO DE RESGATE DOS TÍTULOS DE DÍVIDA PELA CONVERSÃO EM AÇÕES PREFERENCIAIS**

16.1. Conversão em Ações. Nos casos dos Investidores que optarem pelo resgate dos Títulos de Dívida em decorrência do seu vencimento pela Conversão em Ações, a Sociedade Emissora tomará as medidas estabelecidas para tanto nos termos e condições deste CAPÍTULO XVI no Preço de Conversão e na quantidade de Participações Societárias Virtuais fixadas nas Cláusulas 16.12 e 16.13 abaixo. Para fins da Conversão em Ações ora referida, os valores dos Juros Remuneratórios, da Multa Não-Compensatória e dos Encargos Moratórios previstos neste Contrato, não serão agregados ao Valor Nominal Unitário dos Títulos de Dívida para fins de cálculo do número de Ações a serem entregues aos Investidores, renunciando o Investidor, neste caso, de forma irrevogável e irretroatável, a qualquer direito de recebimento de tais valores ("Conversão em Ações").

16.2. Hipóteses de Conversão Facultativa. Os Títulos de Dívida poderão ser convertidos em Ações, a exclusivo critério dos Investidores, nos termos especificados neste CAPÍTULO XVI, nas seguintes hipóteses ("Hipóteses de Conversão Facultativa"), abaixo relacionadas:

- (i) na Data de Vencimento;
- (ii) na data de declaração de Vencimento Antecipado nos termos do CAPÍTULO XIV; e
- (iii) antes da Data de Vencimento, caso a Sociedade Emissora receba um aporte de qualquer investidor ou grupo de investidores em valor igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) a ser concretizado via aumento de capital social da Sociedade Emissora ("Investimento Qualificado"), operando-se a Conversão em Ações com base no Preço de Conversão e na quantidade de Participações Societárias Virtuais fixadas nas Cláusulas 16.12 e 16.13 abaixo. O aumento de capital social necessário para a concretização do Investimento Qualificado na Sociedade Emissora só será realizado após decorrido o prazo de 15 (quinze) dias do envio da notificação de ocorrência do Investimento Qualificado aos Investidores, garantido ainda aos Investidores o exercício de seu direito de preferência na subscrição do capital social aumentado, nos termos do CAPÍTULO XX.

16.2.1. O não exercício da Conversão Facultativa pelo Investidor na hipótese de Investimento Qualificado acima implicará a renúncia expressa do Investidor ao seu direito de Conversão em Ações, sendo devido então o Pagamento em Dinheiro dos seus Títulos de Dívida na sua respectiva Data de Vencimento ou na data de declaração de Vencimento Antecipado, nos termos do CAPÍTULO XV deste Contrato.

16.2.2. Ocorrendo ainda qualquer uma das Hipóteses de Vencimento Antecipado elencados na Cláusula 14.1, pode o investidor requerer o exercício do seu direito de conversibilidade, respeitando aos procedimentos da Notificação e da Manifestação previstos na Cláusula 16.3 e 16.4 abaixo

16.3. Notificação. A Sociedade Emissora notificará a Finco e os Investidores, por meio da Plataforma, ou por outro meio legalmente idôneo e previamente acordado pelas Partes, acerca da ocorrência de uma das Hipóteses de Conversão Facultativa, nos seguintes prazos:

- (a) em até 30 (trinta) dias antes da ocorrência das Hipóteses de Conversão Facultativa previstas no item (i) da Cláusula 16.2;
- (b) em até 15 (quinze) dias após a ocorrência da Hipótese de Conversão Facultativa prevista nos itens (ii) e (iii) da Cláusula 16.2.

16.4. Manifestação do Investidor. O Investidor deverá manifestar, por meio da Plataforma, ou por outro meio legalmente idôneo e previamente acordado pelas Partes, se optará pela Conversão em Ações ou pelo Pagamento em Dinheiro (“Manifestação do Investidor”) no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação da Sociedade Emissora de que trata a Cláusula 16.3 acima ou, no caso das Hipóteses de Conversão Facultativa previstas nos itens (ii) e (iii) da Cláusula 16.2, do momento em que os Investidores, de outra forma, tomarem conhecimento do Vencimento dos Títulos de Dívida, o que ocorrer primeiro.

16.5. Ausência de Manifestação. No caso de ausência de Manifestação do Investidor dentro do referido prazo de 10 (dez) dias, será considerado para todos os fins que tal Investidor optou pelo Pagamento em Dinheiro na forma do CAPÍTULO XV, renunciando ao seu direito de exercer a Conversão em Ações, isentando-se a Representante de qualquer responsabilidade por tal Conversão.

16.6. Obrigação de Fazer e Prazo de Conversão. Nas hipóteses previstas na Cláusula 16.2 acima ou a partir do momento do envio pelo Investidor da sua Manifestação de resposta à a notificação mencionada na Cláusula 16.3, indicando sua opção pela Conversão em Ações, conforme aplicável, a Sociedade Emissora obriga-se, desde já, de forma irrevogável e irretroatável, a tomar, e fazer com que os seus sócios ou acionistas tomem, todas as medidas necessárias para que os Títulos de Dívida sejam convertidos em Ações Preferenciais de emissão da Sociedade Emissora (“Obrigação de Fazer”), incluindo, mas não se limitando, todas as medidas para: (i) se a Sociedade Emissora for ainda uma sociedade limitada, a transformação de seu tipo societário em sociedade por ações; (ii) a emissão de tais Ações; e (iii) a inscrição e realização do registro dessas Ações em nome dos Investidores, representados pela Representante, nos respectivos livros próprios da Sociedade, em um prazo de até 120 (cento e vinte) dias a contar da ocorrência das hipóteses previstas na Cláusula 16.2 acima (“Prazo de Conversão”).

16.7. Aprovação Posterior. A Conversão em Ações independe de qualquer aprovação ou condição posterior ao presente Contrato por parte da Sociedade Emissora e/ou dos sócios da Sociedade Emissora, exceto pelas medidas previstas na Obrigação de Fazer nos termos da Cláusula 16.6 acima, as quais a Sociedade Emissora, desde já, compromete-se a aprovar e fazer com que os seus sócios ou acionistas aprovem.

16.8. Compromisso dos Sócios. A Sociedade Emissora declara, neste ato, que obteve todas as aprovações societárias necessárias para a emissão dos Títulos de Dívida e o compromisso de seus sócios de tomar as medidas necessárias para a Conversão em Ações.

16.9. Autorização de Emissão das Ações. Os Investidores que optarem pelo Resgate dos Títulos através da Conversão em Ações, desde já, autorizam a Sociedade Emissora a realizar a emissão das Ações e providenciar o registro das Ações em seu nome, representados pela Representante.

16.10. Ciência de Eventual Não-Conversão. Não obstante o quanto disposto acima, os Investidores, ao aderirem ao presente Contrato, seja mediante a assinatura do Termo de Adesão ou do Termo de

Cessão, desde já declaram estar cientes da eventual possibilidade de não ocorrer a Conversão em Ações em razão de eventual descumprimento, pela Sociedade Emissora ou pelos seus sócios ou acionistas, das obrigações assumidas neste Contrato, em especial a Obrigação de Fazer descrita na Cláusula 16.6, que podem resultar na não emissão das Ações necessárias à Conversão em Ações, sem prejuízo da Execução Específica na forma da Cláusula 30.8 e de eventual Indenização nos termos da Cláusula 30.9.

16.11. Prorrogação Automática do Prazo de Conversão. As Partes, desde já, declaram estar cientes de que o prazo estipulado pela Cláusula 16.6 acima será automaticamente prorrogado na ocorrência de caso fortuito ou força maior que impeça ou retarde a Conversão em Ações ora prevista, incluindo, mas não se limitando a, atrasos excepcionais por parte da autoridade competente por realizar o registro e aprovação da transformação da Sociedade Emissora em sociedade por ações, resultante de greves ou outros problemas que afetem o funcionamento de tal autoridade, eximindo-se a Sociedade Emissora, a Plataforma e a Representante Legal dos Investidores de qualquer responsabilidade decorrente do atraso na Conversão em Ações em questão, reconhecendo expressamente o Investidor tratar-se de evento que foge à alçada de controle das Partes (“Prorrogação Automática do Prazo de Conversão”).

16.12. Preço de Conversão. O preço por Ação (“Preço de Conversão”) corresponderá ao quociente da divisão da Avaliação Pré-Investimento da Sociedade Emissora, nos termos da Cláusula 5.12 acima, pelo total de ações em circulação imediatamente antes de qualquer hipótese de Conversão em Ações.

16.13. Participação Societária Virtual. A quantidade de ações recebidas pelo exercício da conversibilidade, respeitando-se o Preço de Conversão e a quantidade de ações em circulação na data do exercício da conversão serão tantas quantas bastem para representar uma participação equivalente a **0,0034%** (trinta e quarto milésimos por cento) no capital social da companhia por cada unidade de Título de Dívida Conversível detido pelo Investidor (“Participação Societária Virtual”). Esta Participação Societária Virtual também será considerada para efeitos do exercício dos direitos de preferência de que trata o CAPÍTULO XX.

16.14. Split de Ações. As Partes acordam, desde já, que ao menos 99% (noventa e nove por cento) do Valor Nominal Unitário deverá ser conversível em Ações, garantindo-se assim aos Investidores um índice mínimo de conversibilidade em Ações de seus Títulos de Dívida (“Índice Mínimo de Conversibilidade”). Caso o Índice Mínimo de Conversibilidade não seja atingido, deverá a Sociedade Emissora proceder com o desdobramento de suas ações (“Split de Ações”) antes da concretização da Conversão em Ações, aumentando, assim, o número de ações em circulação e, conseqüentemente, reduzindo seu Preço de Conversão, de tal modo que o Índice Mínimo de Conversibilidade possa ser então respeitado.

16.15. Ações Atribuíveis e Resto Não-Convertido. Apenas quantidades inteiras de Ações serão atribuídas aos Investidores. O valor investido pelo Investidor correspondente à soma dos Valores Nominais Unitários de todos os Títulos de Dívida por ele detidos será dividido pelo Preço de Conversão para fins de cálculo da quantidade de Ações a serem atribuídas ao Investidor, sendo que eventual resto decorrente de tal divisão, representativo de valor fracionário insuficiente para a aquisição de uma Ação inteira, será integralmente pago ao Investidor pela Sociedade Emissora em dinheiro.

CAPÍTULO XVII CARACTERÍSTICAS DAS AÇÕES RESULTANTES DA CONVERSÃO

17. Características Básicas. As ações de emissão da Sociedade Emissora (“Ações”) resultantes da Conversão em Ações pertencerão à classe de preferenciais, conforme artigo 17º da Lei nº 6.404/1976

("Ações Preferenciais"), sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, não podendo ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas e gozarão dos seguintes direitos e preferências, respeitando-se o artigo 17º, §2º, da Lei nº 6.404/1976:

17.1. Preferência de Liquidação. Na hipótese de liquidação da Sociedade Emissora, caso existam ativos remanescentes que estejam legalmente disponíveis para distribuição entre os acionistas, os Investidores, na qualidade de detentores das Ações, receberão, antes de qualquer distribuição aos detentores de ações ordinárias, o valor convertido ou investido em ações preferenciais, de acordo com a devida proporção das ações preferenciais detidas por eles.

17.2. Não Prioridade no Recebimento dos Dividendos. As Ações convertidas não terão qualquer prioridade na participação do dividendo a ser distribuído pela Sociedade Emissora. Não obstante, sob nenhuma hipótese poderão as Ações convertidas serem menos privilegiadas que as ações ordinárias no recebimento dos dividendos distribuídos.

17.3. Conversão em Ações Ordinárias: As Ações Preferenciais serão conversíveis a qualquer tempo em Ações Ordinárias, conforme artigo 16º da Lei nº 6.404/1976 ("Ações Ordinárias"), com direito a voto, nominativas e sem valor nominal, a exclusivo critério do titular, a uma taxa de conversão de 1:1, sendo 1 (uma) ação preferencial conversível em 1 (uma) ação ordinária, mediante notificação expressa do investidor à Sociedade Emissora neste sentido.

CAPÍTULO XVIII DIREITOS ESPECIAIS DO ACIONISTA

18.1. Cláusula de Tag Along. Na hipótese de os Sócios Controladores pretenderem aceitar uma proposta de um terceiro para alienar, direta ou indiretamente, o Controle da Sociedade Emissora ("Oferta de Compra"), os Investidores terão o direito de exigir que tal Alienação de Controle englobe também as Ações de sua propriedade em decorrência da Conversão em Ações (observado o disposto nos CAPÍTULOS XVI e XVII nos mesmos termos e por preço igual ao preço por ação oferecido aos Sócios Controladores ("Tag Along").

18.1.1. Notificação aos Investidores de Oferta de Compra. A Sociedade Emissora deverá notificar os Investidores, por meio da Plataforma, ou por outro meio legalmente idôneo e previamente acordado pelas Partes, acerca de uma Oferta de Compra informando as condições de tal oferta, no prazo de até 10 (dez) dias a partir do recebimento da Oferta de Compra, de forma que os Investidores possam, a seu exclusivo critério, exercer o direito de Tag Along.

18.1.2. Manifestação dos Investidores. Caso deseje exercer o Tag Along, o Investidor deverá informar, por meio da Plataforma, ou por outro meio legalmente idôneo e previamente acordado pelas Partes, e no prazo de até 10 (dez) dias a contar do recebimento da notificação de que trata a Cláusula 18.1.1 acima ("Prazo de Adesão à Oferta de Compra"), sua decisão em aderir à Oferta de Compra. A manifestação de que trata esta cláusula constituirá uma oferta irrevogável e irretroatável de venda ao terceiro interessado nos mesmos termos e por preço igual ao preço por ação oferecido aos Sócios Controladores. Havendo qualquer dos Investidores manifestado sua intenção de exercer o Tag Along, os Sócios Controladores somente poderão aceitar a Oferta de Compra e efetivamente alienar suas ações de emissão da Sociedade Emissora se, concomitantemente, o terceiro interessado também adquirir as Ações detidas pelos Investidores que aderiram à Oferta.

18.1.3. Não-Exercício do Direito de *Tag Along*. Na hipótese de nenhum Investidor manifestar sua intenção de exercer o *Tag Along* durante o Prazo de Adesão, os Sócios Controladores poderão prosseguir livremente com a alienação de suas ações de emissão da Sociedade Emissora ao terceiro interessado nos termos da Oferta de Compra.

18.2. Cláusula de *Drag Along*. Na hipótese de os Sócios Controladores pretenderem aceitar uma proposta de um terceiro para alienar, direta ou indiretamente, o Controle da Sociedade Emissora que:

(i) seja condicionada à aquisição de (a) todas as demais ações de emissão da Sociedade Emissora; ou (b) todas as ações de emissão da Sociedade Emissora objeto da presente Oferta; e

(ii) o preço de compra pago aos Investidores seja igual ou maior ao valor nominal total dos Títulos de Dívida por eles detidos ("Oferta de Compra *Drag Along*"), os Sócios Controladores terão o direito de exigir que os Investidores vendam também as Ações de sua propriedade em decorrência da Conversão em Ações nos mesmos termos oferecidos aos Sócios Controladores ("*Drag Along*").

18.2.1. Notificação aos Investidores. A Sociedade Emissora deverá notificar os Investidores acerca de uma Oferta de Compra *Drag Along* e de sua intenção em exercer o *Drag Along* no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento da Oferta de Compra *Drag Along*, por meio da Plataforma, ou por outro meio legalmente idôneo e previamente acordado pelas Partes, e informar todas as condições da referida Oferta de Compra *Drag Along*.

18.3. Cláusula de *Put Option*. Os Investidores terão o direito, mas não a obrigação, de, pelo período de 5 (cinco) anos após a Data de Encerramento da Oferta, vender todas - e não menos que todas - as Ações por eles detidas direta ou indiretamente para a Sociedade Emissora, pelo Valor Patrimonial da Ação ("VPA") calculado pela divisão do patrimônio líquido da Sociedade Emissora pelo número de ações em que seu capital social é dividido, na data de exercício da Opção de Venda ("Opção de Venda" ou "*Put Option*").

18.3.1. Manifestação dos Investidores. Os Investidores deverão manifestar, por meio da Plataforma, ou por outro meio legalmente idôneo e previamente acordado pelas Partes, sua intenção de exercer a Opção de Venda mediante o envio de notificação à Sociedade Emissora informando sua decisão irrevogável e irretratável de exercer a Opção de Venda, sendo que a data de referida notificação será considerada a data de exercício da Opção de Venda ("Data de Exercício da Opção de Venda").

18.3.2. Pagamento e Transferência das Ações. Uma vez exercida a Opção de Venda, o pagamento do preço de aquisição e a efetiva transferência das Ações, por meio da assinatura do competente termo de transferência, deverão ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da Data de Exercício da Opção de Venda.

CAPÍTULO XIX LIBERDADE DE CESSÃO

19.1. Cessão. Os Investidores poderão transferir ("Cessão") os Títulos de Dívida de que sejam titulares ou, após a Conversão em Ações, as Ações de que sejam titulares ("Cedentes"), para um terceiro ("Cessionário") livremente e mediante:

- (a) assinatura de um termo de cessão entre Cedente e Cessionário, no formato do **ANEXO VII** ao presente Contrato, preferencialmente em formato eletrônico ("Termo de Cessão");
- (b) assinatura, pelo Cessionário, se cabível, de procuração constituindo a Representante como sua mandatária, no formato do **ANEXO III** a este Contrato, conforme termos dispostos no CAPÍTULO IV; e
- (c) divulgação prévia à Sociedade Emissora, por meio da Plataforma, ou por outro meio legalmente idôneo e previamente acordado pelas Partes, da referida cessão e de quaisquer situações que possam configurar conflito de interesses entre o Cessionário e a Sociedade Emissora.

19.2. Notas de Negociação Secundária. Após a formalização do respectivo Termo de Cessão e desde que a cessão tenha sido devidamente informada à Sociedade Emissora, nos termos da Cláusula 19.1 acima, a Finco ou a Sociedade Emissora emitirá, por meio da Plataforma, ou por outro meio legalmente idôneo e previamente acordado entre as Partes, uma nova Nota de Negociação ao Cessionário e, em caso de cessão parcial, também ao Cedente, das quais constarão (i) o valor total investido na Sociedade Emissora pelo Cessionário em decorrência da referida cessão e, em caso de cessão parcial, o valor atualizado do investimento do Cedente na Sociedade Emissora após a referida cessão e (ii) a quantidade de Títulos de Dívida ou Ações, conforme o caso, detida pelo Cessionário e, se aplicável, pelo Cedente.

19.3. Anuência Prévia. A Sociedade Emissora, desde já, concorda com a emissão pela Finco da Nota de Negociação ao Cessionário e, se aplicável, ao Cedente, após a formalização do respectivo Termo de Cessão e desde que a cessão tenha sido devidamente notificada nos termos da Cláusula 19.1 acima.

19.4. Liberalidade. As Partes concordam, desde já, que a emissão da Nota de Negociação para fins de formalização do Termo de Cessão é uma liberalidade da Finco e da Sociedade Emissora, os quais se reservam o direito de não a emitir caso assim o decidam.

19.5. Transferência de Ações e Livros. Para fins de transferência das Ações já convertidas, uma vez assinado o Termo de Cessão e, se aplicável, assinada a procuração pelo Cessionário, (a) a Representante firmará o respectivo termo de transferência de ações no Livro de Transferência de Ações da Sociedade Emissora em nome do Cedente e do Cessionário; e (b) os administradores da Sociedade Emissora escriturarão a transferência de ações no Livro de Registro de Ações da Sociedade Emissora.

CAPÍTULO XX DIREITO DE PREFERÊNCIA

20.1. Direito de Preferência em Novas Rodadas. Nos termos da legislação em vigor, na hipótese de qualquer nova emissão de valores mobiliários pela Sociedade Emissora, conforme definição do artigo 2º da Lei nº 6.385, de 1976 ("Valores Mobiliários"), incluindo mas não se limitando a novas rodadas de emissão de Títulos de Dívida Conversíveis ou não, emissões de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição ou quaisquer outros títulos que garantam direito ou opção de conversibilidade em ações, caso em que assistirá aos Investidores o direito de preferência de adquirir ou subscrever e integralizar, conforme o caso, os novos Valores Mobiliários da Sociedade Emissora, nas condições propostas, proporcionalmente às suas Participações Societárias Virtuais individuais, considerando-se a conversão dos Títulos de Dívida por eles detidos em ações ou, se já convertido em Ações da Sociedade Emissora, na proporção do número de Ações que possuírem, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações ("Direito de Preferência").

20.2. Notificação de Nova Emissão de Valores Mobiliários. A Sociedade Emissora deverá comunicar tal intenção à Finco e aos Investidores com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias por meio da Plataforma, ou por outro meio legalmente idôneo e previamente acordado pelas Partes, e informar todas as condições da referida nova emissão de Valores Mobiliários ("Notificação de Nova Emissão de Valores Mobiliários").

20.3. Prazo para o Exercício do Direito de Preferência. Uma vez notificado nos termos de cláusula 20.2, cada Investidor deverá manifestar sua intenção em exercer o Direito de Preferência no prazo de até 15 (quinze) dias, contado do recebimento da referida Notificação de Nova Emissão de Valores Mobiliários ("Prazo do Exercício do Direito de Preferência").

20.4. Não-Exercício do Direito de Preferência. Caso o Investidor não exerça o direito de preferência previsto nesta cláusula, a Sociedade Emissora estará livre para realizar a nova emissão de Valores Mobiliários, a ser adquirida ou subscrita e integralizada, conforme o caso, por qualquer pessoa, desconsiderando-se o direito de preferência a que o Investidor teria direito.

20.5. Renúncia ao Direito de Preferência pelos Intervenientes-Anuentes. Os Intervenientes-Anuentes, na figura de atuais únicos detentores da totalidade do capital social da Sociedade Emissora, desde já renunciam expressa, irrevogável e irretratavelmente a qualquer Direito de Preferência de que sejam ou venham a ser titulares, por disposição de lei ou regulamento ou a qualquer outro título, com relação à aquisição dos Títulos de Dívida ou à subscrição das Ações decorrentes de eventual Conversão em Ações, bem como com relação à aquisição ou subscrição dos Valores Mobiliários cujo direito de preferência seja reservado aos Investidores, nos termos da Cláusula 20.1 acima, reconhecendo os Investidores como únicos e legítimos titulares do direito de adquirir e subscrever os Valores Mobiliários, Títulos de Dívida e Ações ora referidos, no âmbito desta Oferta.

20.6. Compromisso Futuro. Os Intervenientes-Anuentes e a Sociedade Emissora desde já se comprometem a fazer com que terceiros que eventualmente venham a ingressar a Sociedade Emissora antes da ocorrência da Conversão em Ações ou do Pagamento em Dinheiro da totalidade dos Títulos de Dívida assumam os mesmos exatos compromissos dispostos na Cláusula 20.5 acima.

CAPÍTULO XXI CONVERSÃO AUTOMÁTICA

21.1. Hipóteses de Conversão Automática. Antes de sua Data de Vencimento, os Títulos de Dívida serão automaticamente convertidos em Ações de emissão da Sociedade Emissora, nos termos especificados nos CAPÍTULOS XVI e XVII acima, nas seguintes hipóteses ("Hipóteses de Conversão Automática") abaixo relacionadas:

- (i) em caso dos sócios controladores da Sociedade Emissora, conforme participação por eles detida na Sociedade Emissora nesta data ("Sócios Controladores"), recebam uma oferta vinculante para a aquisição do controle societário direto ou indireto (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, "Controle") da Sociedade Emissora ("Alienação de Controle") e os Sócios Controladores aceitem tal oferta;
- (ii) em caso dos Sócios Controladores da Sociedade Emissora decidam exercer o direito de *Drag Along* nos termos da Cláusula XVIII;

- (iii) em caso do Investidor decida exercer o direito de *Tag Along* nos termos da Cláusula XVIII;
- (iv) em caso de inadimplência, superior a 100 (cem) dias, por parte da Sociedade Emissora de qualquer uma das parcelas de amortização dos juros remuneratórios devidos; e
- (v) em caso de oferta pública inicial de ações da Sociedade Emissora (*Inicial Public Offering* ou simplesmente "IPO"), mediante notificação pela Sociedade Emissora aos Investidores.

CAPÍTULO XXII REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA PERMITIDA

22.1. Reestruturação Societária Permitida. Os Investidores concordam expressamente que a Sociedade Emissora poderá ser objeto de uma reestruturação societária com a constituição de um novo veículo de investimento Emissora ("Reestruturação Societária Permitida"), incluindo, mas não se limitando, uma sociedade limitada, sociedade por ações ou ainda uma sociedade em conta de participação ou qualquer outro veículo, constituído no Brasil ou no exterior ("Veículo de Investimento"), para deter participação na Sociedade.

22.2. Condições da Reestruturação. A permissão expressa dos investidores dada através da assinatura deste contrato se dará automaticamente desde que:

- (a) o Veículo de Investimento tenha como propósito exclusivo a participação na Sociedade Emissora e permita que os Investidores se manifestem, de acordo com as regras de governança de tal Veículo, acerca do exercício dos direitos atribuídos aos Títulos de Dívida, ou às Ações, caso já tenham sido convertidas;
- (b) a referida reestruturação não resulte em alteração na proporção das participações societárias detidas pelos Investidores, sendo que os Investidores deverão passar a deter indiretamente, por meio do Veículo de Investimento, as mesmas Participações Societárias Virtuais então detidas diretamente na Sociedade Emissora; e
- (c) mantenham-se garantidos e inalterados, no Veículo de Investimento, os direitos e prerrogativas previstos aos Investidores neste Contrato nos termos do CAPÍTULO XVIII, especialmente os de preferência, *Tag Along* e *Put Option*.

22.3. Custas. Os Investidores, desde já, concordam que tal reestruturação ou a migração da participação societária dos Investidores para o Veículo de Investimento poderá gerar aos Investidores certos custos adicionais, incluindo, entre outros, custos fiscais, e os Investidores, desde já, isentam a Plataforma, a Representante e a Sociedade Emissora de qualquer responsabilidade por tais eventuais custos.

CAPÍTULO XXIII OBRIGAÇÕES DA SOCIEDADE EMISSORA

23.1. Obrigações. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na legislação, nas regulamentações aplicáveis e nos demais documentos da Oferta, incluindo, sem limitação, no Regulamento de Ofertas Públicas da Finco, no Contrato de Prestação de Serviços e no Contrato de Colocação de Oferta Pública, a Sociedade Emissora obriga-se a:

- (i) utilizar a integralidade dos recursos aportados pelos Investidores nos termos deste Contrato de acordo com o previsto na Cláusula 6.1 acima (*Destinação e Utilização dos Recursos*) e respeitar as vedações de uso contidas na Cláusula 6.2;
- (ii) arcar, de forma exclusiva, com todos os custos relativos: (a) à Oferta, incluindo as publicações necessárias de acordo com a legislação e regulação aplicável; (b) à contratação de assessores jurídicos e/ou financeiros; e (c) todas e quaisquer outras providências necessárias para a emissão e manutenção dos Títulos de Dívida Conversível e sua Conversão em Ações;
- (iii) prestar, por meio da Plataforma, ou por outro meio legalmente idôneo e previamente acordado pelas Partes, as informações razoavelmente requeridas pelos Investidores;
- (iv) a cada 3 (três) meses, divulgar, por meio da Plataforma, ou por outro meio legalmente idôneo e previamente acordado pelas Partes, as informações quanto à evolução dos indicadores-chave de performance definidos no momento da Oferta ("Indicadores de Performance"), conforme listados no **ANEXO VI**, informações estas que ficarão disponíveis na Plataforma para os Investidores e que deverão ser disponibilizadas pela Sociedade Emissora até (i) a Data de Vencimento ou a ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado, com o pagamento de todos os valores devidos aos Investidores nos termos deste Contrato, ou (ii) a Conversão em Ações da totalidade dos Títulos de Dívida, o que ocorrer primeiro;
- (v) assegurar que todas as informações prestadas aos Investidores sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (vi) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham incidir sobre a Oferta e que sejam de sua responsabilidade, inclusive em relação a eventuais taxas que venham eventualmente a ser exigidas por órgãos reguladores e/ou autorreguladores, conforme o caso;
- (vii) celebrar contratos com seus colaboradores prevendo que toda propriedade intelectual desenvolvida por eles no contexto de sua relação de colaboração com a Sociedade Emissora seja de propriedade exclusiva ou devidamente licenciada pela Sociedade Emissora;
- (viii) comunicar, por meio da Plataforma, ou por outro meio legalmente idôneo e previamente acordado pelas Partes, a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Investidores, bem como qualquer fato ou evento que possa gerar um Evento de Vencimento Antecipado ou que guarde relação com o exercício de qualquer direito previsto neste Contrato pelos Investidores, em especial com relação à opção de Conversão em Ações aqui prevista;
- (ix) tomar as medidas necessárias para que todo envio e recebimento de comunicações e notificações entre a Sociedade Emissora e os Investidores durante o andamento da Oferta sejam realizados por meio da Plataforma, e, após concluída a Oferta, nos termos do CAPÍTULO XXVIII abaixo; e
- (x) assegurar que, após a Conversão em Ações, disposições relativas ao *Tag Along*, ao *Drag Along*, à

Opção de Venda e ao direito de preferência dos Investidores, bem como disposições relativas a eventuais outros direitos assegurados aos Investidores nos termos deste Contrato, na qualidade, então, de acionistas da Sociedade Emissora, constem do Estatuto Social da Sociedade Emissora, e permaneçam lá previstas enquanto qualquer Investidor for acionista da Sociedade Emissora.

CAPÍTULO XXIV DECLARAÇÕES DA SOCIEDADE EMISSORA

24.1. Declarações. A Sociedade Emissora desde já declara que:

- (i) é uma sociedade devidamente constituída no Brasil e registrada no registro competente, nos termos da legislação vigente, e está solvente e em dia com todas as suas obrigações, legais ou convencionais, de natureza fiscal, trabalhista, sindical, previdenciária ou comercial;
- (ii) caracteriza-se como Sociedade Empresária de Pequeno Porte, nos termos do Artigo 2º da ICVM 588/17, com Receita Bruta Anual de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) apurada no exercício social encerrado no ano anterior à oferta e que não seja registrada como emissor de valores mobiliários na CVM, entendendo receita bruta anual como a soma dos rendimentos recebidos pelo investidor durante o ano-calendário e constantes da sua declaração de ajuste anual do imposto de renda, incluindo os rendimentos tributáveis, isentos e não tributáveis, tributáveis exclusivamente na fonte ou sujeitos à tributação definitiva ("Receita Bruta Anual");
- (iii) se controlada por outra pessoa jurídica ou por fundo de investimento, a receita bruta anual consolidada do conjunto de entidades que estejam sob controle comum não excede R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) no exercício social encerrado no ano anterior à oferta;
- (iv) se já tenha sido previamente utilizada no ano-calendário a dispensa de registro de oferta pública nos termos da ICVM 588/17, seja por meio da FinCo ou de outra plataforma registrada, o somatório do valor total de captação da oferta atual com os montantes captados anteriormente não excede o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a data de encerramento da oferta anterior que tenha logrado êxito, se houver, não é inferior a 120 (cento e vinte) dias e que não está inadimplente em relação à prestação de informações contínuas após a realização da oferta anterior, conforme seção 5 do Anexo 8.
- (v) possui todas as autorizações e anuências, de seus sócios ou quaisquer terceiros interessados, havendo praticado todos os atos societários e contratuais necessários para a celebração do presente Contrato, de modo que não há nenhuma vedação, restrição ou condicionamento legal, contratual ou societário ao exercício dos direitos garantidos aos Investidores nos termos deste Contrato;
- (vi) detém a propriedade ou a legítima titularidade dos direitos de uso das marcas, domínios de internet e softwares necessários para o desenvolvimento de seu plano de negócios, não infringindo ou conflitando com direitos de propriedade intelectual de terceiros.

CAPÍTULO XXV COMPROMISSO DE RESULTADO FINANCEIRO

25.1. AS PARTES ESTÃO CIENTES DE QUE INEXISTE QUALQUER GARANTIA OU COMPROMISSO DE

RESULTADO FINANCEIRO FUTURO DO INVESTIMENTO NA SOCIEDADE EMISSORA, EM RAZÃO DOS RISCOS ATINENTES À OPERAÇÃO AQUI TRATADA. DA MESMA FORMA, AS PROJEÇÕES FINANCEIRAS E METAS COMERCIAIS DEVEM SER ENTENDIDAS DE FORMA RESTRITIVA, NÃO PODENDO SER VINCULATIVAS AOS RESULTADOS OBTIDOS.

CAPÍTULO XXVI ACESSO À INFORMAÇÃO

26.1. Informações Essenciais da Oferta. Estarão disponíveis aos Investidores na Plataforma as informações essenciais da Oferta obrigatórias pela ICVM 588/17 (“Informações Essenciais da Oferta”), bem como todas as informações relevantes que a Sociedade Emissora vier a divulgar, incluindo, sem limitação, os Indicadores de Performance e a periódica Prestação de Contas na forma da Cláusula 26.2 abaixo, sendo que:

(i) caberá à Sociedade Emissora disponibilizar essas informações; e

(ii) tais Informações Essenciais da Oferta apenas serão disponibilizadas na Plataforma até: (a) a Data de Vencimento, (b) a ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado, com o pagamento de todos os valores devidos aos Investidores nos termos deste Contrato, ou (c) a Conversão em Ações da totalidade dos Títulos de Dívida, o que ocorrer primeiro.

26.2. Prestação de Contas. Em conformidade com a Seção 5 das Informações Essenciais da Oferta Pública (Anexo 8 da ICVM 588), a Sociedade Emissora se compromete voluntariamente aos seguintes eventos periódicos de prestação de contas (“Prestação de Contas”) junto aos investidores:

(i) **RELATÓRIO ANUAL DE APLICAÇÃO DE FUNDOS.** Para que todos os Investidores tenham conhecimento da evolução do Plano de Expansão, bem como da gestão e utilização dos recursos que compõem os Fundos, a Sociedade Emissora se compromete em disponibilizar anualmente o Demonstrativo de Utilização dos Fundos contendo informações objetivas e de fácil visualização e compreensão, porém minimamente detalhadas, relatando fatos relevantes e o andamento das atividades, sempre demonstrando a obrigação de atuação transparente e dentro da ética esperada perante os Investidores, obedecendo aos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, inclusive o disposto no Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (“Relatório Anual de Aplicação de Fundos”).

(ii) **REUNIÃO TRIMESTRAL COM INVESTIDORES.** Durante a vigência do Contrato de Investimento Coletivo a Sociedade Emissora compromete-se a realizar no mínimo 12 (doze) reuniões trimestrais, na modalidade online, aberta a todos os investidores signatários do Contrato (“Reunião Trimestral com Investidores”), com comunicação de um primeiro aviso com 10 (dez) dias de antecedência. e um segundo aviso com 1 (um) dia de antecedência.

(iii) **INDICADORES DE PERFORMANCE.** Para o acompanhamento dos avanços da administração será elaborado um relatório trimestral simplificado de Indicadores de Performance (KPI Report, de *Key Performance Index*) incluindo a divulgação das métricas constantes no **ANEXO VI**, mas não se limitando a elas.

CAPÍTULO XXVII CONFIDENCIALIDADE

27.1. Confidencialidade. As Partes declaram reconhecer e concordar, no contexto do *crowdfunding* de investimento, com a importância estratégica, a complexidade e a necessidade de confidencialidade das informações operacionais e financeiras da Sociedade Emissora.

27.2. Informações Confidenciais. Nenhuma das Partes pode, por si, por seus representantes, funcionários, empregados, afiliadas ou partes relacionadas, revelar ou usar quaisquer informações confidenciais a que tiver acesso com relação à outra Parte, em decorrência deste Contrato ou qualquer documento relacionado ("Informações Confidenciais"), exceto única e exclusivamente para os fins especificamente previstos neste Contrato, inclusive para fins da prestação dos Serviços de Registro e RI pela Finco. As Partes, individualmente, comprometem-se com relação à outra Parte a: (i) não utilizar as Informações Confidenciais para qualquer finalidade que não seja àquela relacionada única e exclusivamente ao objeto deste Contrato; e (ii) não revelar as Informações Confidenciais a qualquer terceiro sem o prévio consentimento por escrito da parte reveladora, observado o disposto no item (i) desta cláusula.

27.3. Exceções do Dever de Confidencialidade. Não estão vinculadas ao dever de confidencialidade as informações de qualquer das Partes que: (i) possam vir a ser obtidas legal e livremente junto a qualquer repartição pública ou órgão governamental, seja federal, estadual ou municipal; (ii) são ou venham a ser de domínio público, sem o descumprimento da obrigação de sigilo de que trata esta cláusula; (iii) sejam desenvolvidas independentemente pela parte receptora, sem o uso de qualquer Informação Confidencial; (iv) cuja divulgação seja requerida por força de lei ou ordem judicial; (v) forem licitamente recebidas, por qualquer das Partes, de terceiros que não estejam sujeitos a qualquer obrigação de sigilo para com a outra Parte.

27.4. Divulgação a Autoridades. A obrigação de confidencialidade aqui prevista não impede que as Partes divulguem informações a qualquer autoridade governamental nos termos e nos estritos limites de uma eventual ordem judicial que lhes for dada nesse sentido. Caso qualquer das Partes seja obrigada, conforme exigido pela autoridade governamental competente, a divulgar no todo ou em parte qualquer Informação Confidencial, tal Parte poderá fazê-lo, sem dar margem a indenizações ou encargos. Entretanto, deverá, em qualquer caso: (i) fornecer somente a parte das informações e documentos que seus assessores considerarem legalmente exigível; (ii) realizar todos os esforços necessários para obter garantias de que quem solicitou referidas informações/documentos dará tratamento sigiloso às Informações Confidenciais; e (iii) notificar a Parte afetada prontamente e por escrito sobre a necessidade de quebra de sigilo, possibilitando-a a tomar as medidas cabíveis para proteger o sigilo das Informações Confidenciais solicitadas.

CAPÍTULO XXVIII COMUNICAÇÕES

28.1. Comunicações durante a Oferta. Todo o envio e recebimento de comunicações e notificações entre a Sociedade Emissora e os Investidores durante o andamento da Oferta serão realizados eletronicamente, de forma idônea e segura, por meios disponibilizados pela Plataforma.

28.2. Demais Comunicações. Com exceção das comunicações de que trata a Cláusula 28.1 acima, todas as notificações e comunicações entre as Partes deverão ser feitas eletronicamente, por meio da

Plataforma, ou, alternativamente, por escrito e entregues por carta registrada, courier, em mãos, ou enviadas por e-mail, conforme o caso, para os endereços descritos no preâmbulo. Cabe a cada Parte informar as alterações de endereços físicos e eletrônicos que vier a realizar, também por escrito e pelos mesmos meios indicados, sob pena de serem consideradas válidas as comunicações realizadas em endereços físicos desocupados ou endereços eletrônicos desativados.

CAPÍTULO XIX PRAZO DE VIGÊNCIA E RESCISÃO

29.1. Início da Vigência. O presente Contrato entra em vigor:

- (i) com relação à Finco, à Representante e à Sociedade Emissora, na data de sua assinatura; e
- (ii) com relação a cada Investidor, a partir da data da assinatura do respectivo Termo de Adesão.

29.2. Prazo de Vigência. O presente Contrato deverá vigorar até o Resgate dos Títulos nos termos da Cláusula 15.1 e após a Conversão em Ações, se for o caso, até o cumprimento das Obrigações de Fazer e do Prazo de Conversão, nos termos da Cláusula 16.6, sendo automaticamente rescindido apenas na hipótese de Cancelamento da Oferta.

CAPÍTULO XXX DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Aditamentos. Os aditamentos a este Contrato ou aos seus Anexos somente terão eficácia se efetivados por escrito e assinados por representantes autorizados das Partes.

30.2. Boa-Fé. As Partes declaram (i) serem plenamente capazes para a celebração deste Contrato; e (ii) que os termos e condições deste Contrato foram ativamente negociados e redigidos de boa-fé pelas Partes, agindo estas na plena expressão e livre exercício de suas vontades, com ampla discussão e esclarecimento sobre os respectivos direitos e obrigações ora estipulados. As Partes se comprometem a fazer tudo o que for razoável, necessário e desejável, com boa-fé e cooperação, para realizar o espírito e o objeto do presente Contrato.

30.3. Irrevogabilidade. O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando integralmente as Partes por si e por seus respectivos herdeiros, sucessores e cessionários, a qualquer título.

30.4. Ausência de Renúncia. O fato de qualquer das Partes não exigir, a qualquer tempo, o cumprimento de qualquer obrigação ou deixar de exercer algum direito, não será interpretado como renúncia a direito ou novação de obrigações, tampouco deverá afetar o direito de exigir o cumprimento de toda e qualquer obrigação contida neste Contrato.

30.5. Autonomia das Disposições. Na eventualidade de qualquer disposição deste Contrato ser declarada inválida ou ineficaz, tal invalidade ou ineficácia não afetará as demais cláusulas, termos ou disposições, que permanecerão em pleno vigor e eficácia, como se a disposição viciada jamais tivesse existido, sendo tais cláusulas, termos ou disposições interpretados da forma a melhor exprimir a intenção das Partes.

30.6. Tributos. Todos os tributos, custos e despesas incorridos no que diz respeito a este Contrato serão pagos pela Parte que neles tiver incorrido ou pelo respectivo responsável tributário ou previdenciário, na forma da legislação em vigor.

30.7. Título Executivo. Toda e qualquer quantia devida por força ou em razão deste Contrato poderá ser cobrada por via de processo de execução, visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida, certa e exigível, com a qualidade de título executivo extrajudicial ("Título Executivo"), nos termos da legislação vigente.

30.8. Execução Específica. Este Contrato constitui Título Executivo, de forma que a inobservância e o descumprimento das obrigações aqui estabelecidas autorizarão as Partes prejudicadas a requerer a execução específica das obrigações inadimplidas, de acordo com a legislação processual então vigente. A mera conversão em pagamento de perdas e danos com relação ao não cumprimento das obrigações aqui assumidas poderá não ser suficiente para sanar tal descumprimento ou inobservância.

30.9. Indenização. Alternativa ou cumulativamente à execução específica de disposição violada do presente Contrato, a Parte que se considerar prejudicada poderá pleitear, a seu exclusivo critério, a devida indenização por perdas e danos.

CAPÍTULO XXXI DA LEI APLICÁVEL E DO FORO

31.1. Lei de Regência. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com a legislação da República Federativa do Brasil.

31.2. Foro. As Partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba como único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato e de quaisquer documentos relacionados, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[REstante da página deixada intencionalmente em branco]

*Página de assinaturas do Contrato de Investimento Coletivo
na Modalidade de Mútuo Oneroso Conversível*

Estando assim justas e contratadas, as Partes celebram o presente Contrato, sendo que as Partes e 2 (duas) testemunhas assinam o presente Contrato eletronicamente via aplicativo da Plataforma.

Local e Data. Curitiba/PR, 19 de abril de 2020.

PARTES:

FINCO INVEST SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E HOSPEDAGEM NA INTERNET LTDA.

“PLATAFORMA” Representada por Fernanda Cristina da Silva Perandré
CPF: 069.431.089-13

FINCO INVEST SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E HOSPEDAGEM NA INTERNET LTDA.

“REPRESENTANTE” Representada por Fernanda Cristina da Silva Perandré
CPF: 069.431.089-13

3W DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A.,

“SOCIEDADE EMISSORA” Representada por Jorge Antônio Marques
CPF: 438.875.541-91

INTERVENIENTE-ANUENTES:

JORGE ANTÔNIO MARQUES

CPF: 438.875.541-91

KATHRYN LYNN MARQUES

CPF: 083.108.479-04

TESTEMUNHAS

NOME: RONISE PEREIRA

CPF: 729.896.109-87

NOME: ALEXANDRE SOUZA DE AZAMBUJA

CPF: 553.435.979-04